



1

## **A CONSTRUÇÃO DA USINA VELHA: UMA PROPOSTA ALÉM DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA**

PINTO, MAIARA LAÍS<sup>1</sup>

### **1. Uma construção em Dourados: a Usina Termoelétrica a vapor e seu conjunto de obras**

Dourados era um dos municípios que pertenciam ao Território Federal de Ponta Porã<sup>2</sup> e recebeu verba para a construção e melhoramento de sua estrutura, porém uma das obras enfatizadas era a construção de uma usina, serraria, carpintaria e oficina mecânica.

Segundo as informações disponíveis, a usina e seus anexos estavam localizados à margem direita do córrego Laranja Doce, região norte da cidade de Dourados, em terreno que era parte da Chácara de nº 22 zona urbana, com área de 12.222 m<sup>2</sup> (FERREIRA, 2003, p. 15). Tratava-se, na época, de uma área relativamente afastada do centro da cidade (cerca de 2 km).

Este conjunto de obras era um dos destaques do Território, não somente pelo seu valor econômico, mas também pelas melhorias que possibilitaria para a região e por incorporar em um único espaço diversas atividades.

Esta pesquisa sobre a chamada “usina velha” é a primeira a usar documentos oficiais do Território Federal de Ponta Porã. Assim sendo, considero relevante reproduzir, aqui, informações detalhadas e até mesmo técnicas sobre essas obras, tendo como fonte os referidos documentos. Entendo que esta é uma forma de contribuir para um melhor conhecimento desses importantes processos, muito embora eu não disponha, no momento, de outras fontes capazes de confrontar as informações fornecidas pelos relatórios.

Conforme o quadro demonstrativo das obras iniciadas, concluídas e por concluir no Território Federal de Ponta Porã, no período de fins de 1944 a 31 de dezembro de 1945, apresentado no relatório, identifica-se a construção da usina, serraria, carpintaria e oficina

---

\*Mestranda do curso de História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Especialização em Metodologia do Ensino Superior – UNIGRAN. Graduada em História-licenciatura/UFGD e em Turismo – ênfase em ambientes naturais/UEMS. Bolsista Capes.

<sup>2</sup> Foi criado pelo decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943 e faziam parte deste Território os municípios de: Porto Murquinho, Bela Vista, Dourados<sup>2</sup>, Miranda, Nioaque, Maracaju e Ponta Porã.



mecânica de Dourados e a casa para a residência do encarregado da usina (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

Para a construção da residência do encarregado da Usina o valor orçado foi de Cr\$ 40.000,00, sendo este mesmo montante a despesa realizada. Esta obra iniciou - se e terminou na administração do Cel. Ramiro Noronha e foi de responsabilidade da própria administração (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

A fonte informa que, com relação ao conjunto de obras, o valor orçado foi de Cr\$ 5.034.496,80, sendo que a despesa realizada até a extinção do Território foi de Cr\$ 3.691.233,50 (ou seja, a despesa realizada representou apenas 73,3% da orçada, com uma sobra de Cr\$ 1.343.263,30). A obra iniciou-se durante o governo do Cel. Ramiro Noronha e teve continuidade na administração do Major Guiomard dos Santos e do Dr. José Alves Albuquerque, porém esta construção não foi concluída durante o último governo do Território (Relatório TFPP, 1947, p. 88).

O montante aplicado até a data da extinção do Território foi de Cr\$ 3.691.233,50, sendo que com este valor foram adquiridos: todas as máquinas, caldeiras e grande parte de material em depósito, inclusive 1.200 sacos de cimento para a conclusão da obra (Relatório TFPP, 1947, p. 92).

A fonte prossegue informando que o valor que ainda faltava para a conclusão da obra estava dividido da seguinte forma: Cr\$ 875.370,00 para os serviços administrativos, como transporte de areia, cascalho, madeira, pedra e mão de obra, inclusive pedreiros, carpinteiros, marceneiros, mecânicos, maquinistas, ajustadores e engenheiros encarregados da montagem de máquinas, juntando-se ainda o pagamento do engenheiro encarregado por parte da Prefeitura de Dourados. O valor de Cr\$ 466.893,30 era destinado ao pagamento da firma Bromberg & Cia., ressalta-se que o contrato com esta empresa foi firmado em 12 de novembro de 1945 e os valores pagos seriam conforme estava estipulado nas cláusulas contratuais (Relatório TFPP, 1947, p. 92; informa-se que a firma acima referida estava encarregada da montagem de máquinas, sem maior especificação, cf. p. 95).

Este conjunto de obras não tinha apenas a finalidade de fornecer energia elétrica para Dourados, mas também tinha funções de serraria, carpintaria e uma oficina mecânica e cada



3

conjunto destes tinha equipamentos e objetivos específicos. Conforme o Relatório TFPP, 1947, p. 92-93, é possível descrever cada conjunto da obra, como segue abaixo:

1) **A Usina Termoelétrica:** construção de concreto armado e paredes de alvenaria de tijolos, a medida do prédio era de 10 x 20 m.

2) **Subestação:** ainda não tinha sido construída, mas a previsão era que fosse construída em um local mais próximo do centro da cidade. A proposta era de sair da usina uma corrente alta de 6.000 volts e no transformador reduzido a 220 volts. Segundo informações posteriores, essa subestação veio a ser instalada na Praça Antônio João, no centro de Dourados (*O Progresso*, 04/10/1953, p. 1).

3) **Serraria:** prédio já construído, a estrutura era de concreto armado com cobertura metálica e telhas de eternite, medindo 22 x 68 m.

4) **Carpintaria:** deveria funcionar no mesmo prédio da serraria, com à finalidade de:

fornecer, para todas as obras do governo, portas, janelas e os móveis necessários às diversas repartições, de que resultaria, por certo, grande economia, em trabalho de tão grande vulto, como seria a execução do Plano de Obras e Equipamentos. A serraria, por sua vez, prepararia todo o madeiramento, destinado aos prédios escolares, postos de saúde, de guarda, sedes de divisões e serviços, podendo, ainda, fornecer taboas, ripas, caibros e pranchões aos particulares, por preços razoáveis (Relatório, 1947, p. 93).

5) **A oficina mecânica** seria instalada e juntamente com ela funcionaria a ferraria.

Segundo se informa, as máquinas destes conjuntos já tinham sido compradas e estavam no local da obra juntamente com os materiais para realizar a montagem completa de cada conjunto, como: “transformadores, chaves automáticas, quadros de comando, isoladores, fio de cobre para a rede elétrica e grande parte dos postes de aroeira, distribuídos pelos diversos pontos da cidade, onde serão localizados” (Relatório TFPP, 1947, p. 93).

O Território Federal de Ponta Porã foi extinto no ano de 1946, sendo assim o conjunto de obras da usina foi paralisado, de acordo com a fonte, no seguinte estado:

a) serraria: o prédio já construído, faltando terminar o assoalho e ainda por montar diversas máquinas; b) usina elétrica – o prédio se encontra no respaldo do piso e com alguns painéis já levantados e com diversas escavações para a fundação dos blocos das máquinas; c) carpintaria – funcionará, como dissemos, no próprio prédio da serraria, na parte dos fundos, faltando o piso; d) oficina mecânica – o prédio se



4

acha na fase de cobertura; e) subestação: ainda não foi iniciada a sua construção (Relatório TFPP, 1947, p. 93).

A julgar pelo que dizem as fontes consultadas, neste momento a preocupação dos administradores do Território (extinto) era não deixar que a obra fosse paralisada, sendo enviada uma correspondência ao Ministro da Justiça, com detalhes da obra e a sua importância. Destaca-se aqui que no documento enviado pelo Dr. José Alves Albuquerque foram enfatizados os gastos já realizados com a obra e que o montante de Cr\$ 1.243.693,30 necessários para terminá-la estava depositado no Banco do Brasil em nome do governo do extinto Território. A instalação do restante das máquinas estava a cargo da Firma Bromberg e Cia. e a última prestação só seria paga à empresa após os serviços finalizados. Solicitava que a quantia restante fosse depositada em conta especial no Banco, ficando a administração a cargo da prefeitura de Dourados (Relatório TFPP, 1947, p. 95-96).

No documento ainda foi destacado que a usina era vista como uma construção que promoveria o melhoramento máximo daquela região e asseguraria a implantação de indústrias. Existia o receio de que, se a importância fosse recolhida ao Tesouro, as obras ficariam paradas indefinidamente, justificando que o Mato Grosso não poderia obter o montante que faltava, os equipamentos e materiais que haviam sido adquiridos ficariam entregues às intempéries e disso resultaria um prejuízo ao país. Informa que o pessoal habilitado para o trabalho já estavam no local e a paralisação poderia dificultar o encontro destes profissionais novamente (Relatório TFPP, 1947, p. 95-96).

Apesar da solicitação enviada, não foi recebida, segundo a fonte, nenhuma instrução de como proceder com a obra, sendo assim em 31 de dezembro de 1946 as obras foram paralisadas. No entanto, a solicitação foi reenviada e, nesta segunda tentativa, pelo que se deduz da fonte, uma alta autoridade do governo do Território (o próprio Secretário Geral, que estava na época a serviço na capital da República) foi levar pessoalmente o documento ao Gabinete de Divisão de Obras do Ministério. Após a entrega do documento foi realizada uma reunião, com os Drs. Floriano Reis e Arquimedes Lima representando o Estado de Mato Grosso, juntamente com o Chefe da firma Bromberg & Cia, encarregada da instalação das máquinas, e foi resolvido que:



# Democracias e Ditaduras no Mundo Contemporâneo

XII Encontro da Associação Nacional de História, Seção Mato Grosso do Sul  
13 a 16 de outubro de 2014 - UFMS/CPAQ - Aquidauana-MS

5

essas obras seriam continuadas nas bases que havíamos sugerido e sob fiscalização de um engenheiro da prefeitura de Dourados, ficando o saldo de que ainda dispúnhamos para a conclusão desse serviço, de Cr\$ 1.343,263,30, à disposição daquela Prefeitura, em conta especial no Banco do Brasil. Assim, pois, é de prever-se que, dentro de poucas semanas, sejam reiniciados os trabalhos, após a estagnação de mais de dois meses, de que resultou sérios prejuízos, dos quais o principal foi a debandada dos operários e dos técnicos que ali se achavam (Relatório TFPP, 1947, p. 96-97).

A fonte acrescenta que, em fevereiro de 1947, havia sido resolvido que o Estado de Mato Grosso deveria assumir os “encargos na área do antigo Território”. Antes, porém, como “medida preliminar” a esse futuro “ato de entrega”, o governo do Território transferiu às prefeituras “todos os bens móveis e imóveis que se encontravam em cada município, inclusive as obras em construção” (Relatório TFPP, 1947, p. 175). Sobre a passagem desses bens para o Estado de Mato Grosso, o relatório acima citado diz apenas o seguinte: esses bens “passarão a fazer parte do acervo de Mato Grosso, mediante indenização futura aos cofres da União” (p. 175). Entre esses bens, conforme consta no inventário geral trazido pelo relatório, estavam os bens móveis da Usina e Serraria Dourados bem como os prédios da Serraria e da residência do encarregado das obras (Relatório TFPP, 1947, p. 175; observe-se que, nesse inventário, não aparece o prédio da própria Usina, o que demonstra que sua construção foi posterior).

Com a continuação da obra da Usina Termoelétrica e seus anexos, após a extinção do Território Federal de Ponta Porã, foram encontrados relatos no jornal *O Douradense*<sup>3</sup> sobre este período.

A expectativa da população era que a chegada da energia elétrica proporcionaria mudanças significativas na vida e no crescimento econômico da cidade, isto fica evidente nas notas publicadas pelo jornal, como a do dia 11/05/1948: “uma nova era de vida se abrirá para todos os setores da vida diária. O futuro nos dirá isto. Façamos votos de que a luz se nos apresente breve” (*O Douradense*, 11/05/1948, p. 1).

Após uma visita realizada pela equipe d’*O Douradense* a Usina Termoelétrica e Serraria de Dourados este periódico publicou no dia 10/07/1948 informações sobre esta obra. Conforme foi relatado pelo administrador responsável, o senhor Ruy Gomes, a obra estava:

---

<sup>3</sup>Foi criado por Armando da Silva Carmello em 1948, suas publicações não eram periódicas e devido a problemas financeiros deixou de ser publicado em 1951 (CREMONESE-ADAMO, 2010, p.136).



6

em fase de conclusão com a montagem das máquinas a vapor, com capacidade de corrente de 220 volts e gerador para 6.000 volts.

Ao analisar as informações publicadas pelo *O Douradense* sobre a instalação da usina e da serraria de Dourados, percebe-se o uso recorrente de adjetivos para enaltecer esta construção. Este aspecto demonstra que existia uma grande expectativa de melhoria na vida da sociedade douradense com a chegada da luz elétrica.

Para o término da obra foi necessário utilizar mão de obra de outros lugares, cita-se assim o Sr. Ary Raghianti, que era mestre de obras e chegou a Dourados em outubro de 1948 e permaneceu na cidade até janeiro de 1949 (*O Douradense*, 29/01/1949, p. 1). Atuante nesta obra foi também o Sr. Evaristo Ferreira da Silva, era funcionário de Ponta Porã e com a extinção do Território foi designado para construir a fornalha, a caldeira e a chaminé da usina; destaca-se também a família do Sr. Bianchi, que era o responsável pela marcenaria (FERREIRA, 2003, p. 13).

## **2. A Usina Termoelétrica (a vapor) Senador Filinto Muller: em funcionamento**

Conforme ofício enviado pelo encarregado da usina, Sr. Ruy Gomes, ao presidente do diretório municipal do PSD, Sr. Cel. Firmino Vieira de Matos, a usina começou a funcionar em 11/09/1949 (cópia deste documento, datado de 15/12/1949, está nos anexos do trabalho de Ferreira, 2003, p. 129). O mesmo documento afirma que, nessa data, havia ocorrido “a entrega da usina e serraria de Dourados ao governo do Estado” – não ficando claro, entretanto, se essa “entrega” significa a passagem dos bens ao acervo estadual ou simplesmente a entrega da obra em funcionamento. De todo modo, pelo mesmo documento, fica claro que, já naquela época, o encarregado da usina era nomeado pelo governo estadual.

A Usina Termoelétrica recebeu o nome de “Senador Filinto Muller”. As fontes consultadas não informam quando ocorreu esse “batismo”. Quanto à razão da adoção desse nome, pode-se deduzir que foi devida à importância política que tinha, na época, o senador



Filinto Müller, além do fato de que ele pertencia ao PSD, isto é, o partido que estava no governo de Mato Grosso naquela época<sup>4</sup>.

O principal objetivo desta Usina era abastecer as casas e as vias públicas comerciais, que se concentravam principalmente nas avenidas atualmente denominadas Marcelino Pires, Weimar Torres e Joaquim Teixeira Alves (MOREIRA, 1990).

A energia gerada era à base de lenha e, conforme relata o Sr. Pedro Rechi<sup>5</sup>, a usina funcionava da seguinte forma:

A máquina funcionava com água limpa, a caldeira fazia o fogo que ia para o depósito do compressor que tocava o gerador, do gerador ia ao transmissor, a polia que tocava a usina dínamo produtor de energia elétrica. Chegava à casa de transmissão que possuía os quadros distribuidores de energia elétrica chegando à cidade (RECH, 1996 *apud* FERREIRA, 2003, p. 17).

Sobre a distribuição da energia elétrica, D. Ercília Pompeu<sup>6</sup> (2005) relatou em uma entrevista que:

Então as lâmpadas eram três quadras aqui do centro, com as lâmpadas penduradinhas num fio que acompanhava a linha telegráfica, então aproveitando aqueles postes, foram então estendidos aqueles fios e as lâmpadas penduradinhas ali, assim funcionava das 7 às 11 h [noite] a nossa primeira usina de iluminação pública de Dourados foi assim.

No entanto, pelo que consta nos trabalhos de Ferreira (2003) e Além (2011), o fornecimento de energia elétrica não era perfeitamente regular, isto é, com certa frequência ocorriam interrupções no fornecimento. Assim sendo, as fontes da época, ao mencionarem esses assuntos, deixam entrever os desentendimentos entre a administração da usina e a prefeitura municipal – desentendimentos esses provocados, talvez, por questões partidárias.

---

<sup>4</sup>O governador era Arnaldo Estêvão de Figueiredo, cujo mandato foi de 1947 a 1950. Vale notar que o ofício do encarregado da usina, acima citado, agradece expressamente o apoio de Filinto Müller na obtenção de verbas para a “continuação das obras da usina e serraria de Dourados, paralisadas com a extinção do território federal de Ponta Porã”.

<sup>5</sup>Nasceu em São Borja/RS e chegou em Dourados no ano de 1938, juntamente com a mulher D. Niversina, e as duas filhas. Nesta cidade montou a primeira oficina mecânica e ferraria de Dourados (DAL BOSCO, 1995, p. 33-37). Consta na pesquisa de Ferreira (2003, p. 18) que ele foi mecânico da usina.

<sup>6</sup>Ercília de Oliveira Pompeu. 2005. Produzida por Francisco Celso Cáceres. Dourados/MS.



Considera-se importante ressaltar que as questões políticas e partidárias interferiram na administração da usina, porém este assunto não será enfatizado neste artigo, mas aponta-se que tanto o Ruy Gomes, quanto o Antônio de Carvalho, nomeado encarregado da usina posteriormente, eram pessoas envolvidas diretamente na política e que os mesmos foram prefeitos em Dourados por algum tempo<sup>7</sup>.

Deixando de circular *O Douradense* em 1951, foi inaugurado neste mesmo ano o jornal *O Progresso*, cujo fundador foi Weimar Gonçalves Torres, que era membro do Partido Social Democrata (PSD). A criação deste periódico foi devido aos interesses políticos do proprietário, e desde seu surgimento até os dias atuais possui vínculos com a classe política local e regional (ALÉM, 2011, p. 45).

Sobre o funcionamento da Usina Filinto Muller, nota-se que era precário, a energia gerada servia apenas para as residências e algumas vezes não era oferecida ou sofria interrupções devido aos problemas nas máquinas, sendo os mesmos relatados constantemente nas páginas de *O Progresso*.

Em publicação do dia 21/04/1951, p. 1 e 4, foi apontado que desde o dia 29/01/1951 a cidade estava sofrendo com a falta de luz elétrica devido a problemas na usina. O novo encarregado era o Sr. Antônio de Carvalho<sup>8</sup> e este informou que era preciso fazer reparos e comprar materiais para a usina voltar a funcionar, ressaltando ainda que estes já haviam sido comprados pelo encarregado em São Paulo e despachados pela empresa Real e em breve chegariam a Dourados.

Apesar da previsão da volta do funcionamento da Usina, destacada na reportagem citada anteriormente, a energia elétrica não voltou a funcionar em data prevista, pois nem todos os materiais chegaram a tempo (*O Progresso*, 13/05/1951, p. 1).

A possível volta da energia elétrica foi novamente noticiada no dia 10/06, em reportagem intitulada “Já está acesa a fornalha da Usina”, a qual relatou que a usina estava em condições de voltar a funcionar e que foram colocadas lâmpadas nos postes que até então não

---

<sup>7</sup> Ruy Gomes (PSD) foi o primeiro prefeito eleito após o Estado Novo e seu mandato foi entre 1947 e 1948. Antônio da Costa Carvalho, conhecido como *Carvalhinho* (UDN), atuou como prefeito entre 1948 e 1951 (LUCIANO, 2006, p. 80-81).

<sup>8</sup> Trata-se do ex-prefeito, acima citado, certamente nomeado pelo novo governador, pertencente à UDN.





as possuíam (*O Progresso*, 10/06/1951, p. 1). A energia elétrica foi disponibilizada para os douradenses novamente às 18 h do dia 12/06 (*O Progresso*, 17/06/1951, p. 6).

Apesar da volta da luz elétrica em Dourados, os problemas com a distribuição de energia continuavam. Considerando o abastecimento falho e os problemas enfrentados pela usina de força e luz, era preciso economizar luz elétrica, sendo este o pedido feito para os douradenses (*O Progresso*, 29/07/1951, p. 1).

Já no início do ano de 1952 a notícia da falta de luz foi frisada, segundo o Sr. Pedro Vering o problema estava na fornalha e que ainda não tinham iniciado o conserto desta, sendo assim não havia previsão da volta de energia (*O Progresso*, 20/01/1952, p. 4).

Na sessão da Câmara Municipal do dia 21/02/1952 foi aprovado pelos vereadores o credenciamento do prefeito para tratar com o governador do Estado os problemas da luz, era necessário resolver:

- 1) Nomeação imediata de um novo encarregado para a Usina Elétrica, levando o Sr. Prefeito a indicação para esse cargo;
- 2) Fornecimento pelo Estado, de uma verba para auxiliar a reconstrução da fornalha e
- 3) Sejam adotadas providências para a aprovação da doação da Usina ao município (*O Progresso*, 09/03/1952, p. 3).

Desde o mês de janeiro de 1952, segundo o jornal, Dourados padecia sem luz, o valor do orçamento feito para resolver os problemas na usina foi Cr\$ 65.000,00 quantia esta solicitada ao Governo do Estado (*O Progresso*, 30/03/1952, p. 3) e autorizada por este a reconstrução da usina (*O Progresso*, 06/04/1952, p. 1). Os problemas na usina de luz foram resolvidos e a cidade voltou a ser iluminada durante a o mês de maio (*O Progresso*, 18/05/1952, p. 2).

Inicialmente a cobrança da energia elétrica era realizada nas casas, a partir de 1952 passou a ser efetuado na prefeitura de segunda a sexta-feira das 13:00 às 17:00 horas, tendo como responsável o Sr. Arruda. O valor da cobrança era o mesmo para todos os consumidores, pois não existia o relógio para medir o consumo, o atraso no pagamento da conta gerava uma multa de 10% e se tivesse reincidência a energia era cortada (FERREIRA, 2003, p. 18).

### **3. A desativação da Usina Termoelétrica Filinto Muller**



Quando iniciou o ano de 1953 uma das principais discussões sobre o funcionamento da usina era com relação à cobrança de uma mesma taxa para todas as residências. Isto era considerado um problema e este fato, segundo se noticiava, estava prestes a ser resolvido, pois seriam adquiridos medidores e a partir disto o pagamento seria conforme o consumo de cada residência. Outra promessa importante era de que seria disponibilizada luz a partir do meio dia (*O Progresso*, 22/02/1953, p. 1).

Na coluna *Brincar a sério por Rebumbela*, do dia 07/06/1953, a administração municipal foi elogiada por efetuar atividades que sinalizavam melhorias para Dourados. Um dos atos destacados foi o fornecimento de energia elétrica, que, conforme noticiado pelo jornal, estava sendo distribuída a partir do meio dia e estavam funcionando os relógios de contagem, porém nem todos tinham sido instalados (*O Progresso*, 07/06/1953, p. 6).

No dia 26/09/1953, durante o Baile da Rainha da Primavera, ocorreu o incêndio na subestação da Usina Elétrica localizada na Praça Antônio João, que provocou a destruição do transformador e outras partes de suas instalações e a interrupção no fornecimento de energia elétrica. Para solucionar este problema a Câmara Municipal autorizou o conserto do transformador e a compra de outro, foi também dirigido um apelo ao governador do Estado para auxiliar nestas despesas (*O Progresso*, 04/10/1953, p. 1).

Em meados de outubro o prefeito Dr. Nelson de Araújo foi a São Paulo comprar o novo transformador, como informado pelo *O Progresso* em 18/10/1953, p. 1. A volta da luz elétrica aconteceu no final do mês de novembro daquele ano, após a compra do novo transformador e dos trabalhos do encarregado Pedro Wheren na instalação do aparelho e nos reparos da rede elétrica (*O Progresso*, 29/11/1953, p. 1).

É significativo mencionar que, durante este período em que Dourados ficou sem luz, circulou uma nota em *O Progresso* sobre a possibilidade do arrendamento da Usina Termoelétrica e Serraria de Dourados, semelhante ao que aconteceu no ano de 1951. Como não existia nenhum indicativo da concretização do fato continuava a especulação e a expectativa de melhorar o fornecimento de energia elétrica (*O Progresso*, 01/11/1953, p. 1).



Considerando as informações levantadas, conclui-se que a administração da Usina Termoeétrica Senador Filinto Muller era compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Dourados e o governo do Estado.

Ao terminar o ano de 1953 a usina Filinto Muller estava em funcionamento, porém com baixa capacidade de distribuição de energia elétrica. Ao iniciar o ano de 1954 começou a circular nas páginas d’*O Progresso* notícias sobre uma nova solução para o abastecimento de energia elétrica para a cidade, era a compra de motores a diesel<sup>9</sup>.

Durante meses este periódico publicou notícias sobre a possível compra dos motores e a melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, porém destaca-se a publicação d’*O Progresso* do dia 07/02/1954 (p. 1 e p. 4) que informava sobre a usina termoeétrica Filinto Muller: a primeira era uma convocação para comparecerem à Prefeitura as pessoas que haviam pago os medidores de energia e que ainda não haviam sido colocados; e a segunda era para organizar e regularizar o fornecimento de energia elétrica os consumidores deveriam efetuar o depósito de cem cruzeiros na prefeitura municipal.

Com relação ao funcionamento da usina termoeétrica Filinto Muller, conclui-se que, ao mesmo tempo em que eram apresentadas as propostas para a compra dos motores, ela estava em funcionamento. Esta usina parou de funcionar por volta de junho de 1954, pois em reportagem d’*O Progresso* (13/06/1954, p. 1) temos a seguinte informação: “Dizem que a fornalha da usina caiu, mas o povo não foi informado de nada e continua esperando e reclamando providências para restaurar a luz”.

Para Ferreira (2003, p. 21) esta usina parou de funcionar em 1952, porém durante a pesquisa encontramos dados de que isto aconteceu posteriormente. Segundo a pesquisadora acima citada, o motivo que levou a paralisação do seu funcionamento foi o crescimento populacional da cidade:

Com um considerável índice de crescimento econômico, tanto populacional quanto econômico, houve um grande consumo de energia elétrica. A termoeétrica, que já funcionava com grandes deficiências, tanto no que diz respeito à geração de energia

---

<sup>9</sup> Cita-se que a partir desta data iniciou o processo da compra de motores a diesel para fornecer energia elétrica para a cidade, porém este assunto não será apresentado neste artigo.



12

quanto no seu fornecimento, não suportou atender a demanda local, vindo a paralisar seu funcionamento em 1952 (FERREIRA, 2003, p. 21).

A constatação dos motivos que levaram à desativação da usina, feita por esta autora, devem ser efetivamente considerados, pois durante este período Dourados recebia os colonos da CAND, o que acarretou um aumento populacional e econômico considerável.

Entende-se que após meados de 1954 a Usina Termoelétrica Filinto Muller parou de fornecer energia elétrica, sendo este sistema desativado. Segundo as informações publicadas pelo *O Progresso* do dia 22/04/1956, p. 1, após a desativação da usina esta foi criminosamente destruída e os equipamentos foram quebrados, enfatiza-se que este periódico publicou estas informações em uma reportagem de capa afirmando “Depredação criminosa – Milhões transformados em ferro velho, eis a triste e dolorosa condição da Usina Elétrica, Serraria e oficina Mecânica construída pelo governo federal”.

No entanto, pelo que se percebe pela matéria do jornal acima citada, além da destruição ocorreu também o roubo de máquinas, equipamentos e materiais. Este fato também foi apresentado na entrevista concedida pelo Sr. Jamil de Campos Aum, este contou que quando chegou à cidade, em fevereiro de 1957, ficou instalado por dois anos na antiga usina de força e luz, que já estava:

sem qualquer movimento de função porque já não existia nem maquinário, mas não sei quem que levou, sumiram de lá, aquele material foi sumido sabe, ficou apenas a chaminé e uns pedaços de máquinas, já não tinha mais nada, era ferro velho que existia lá.

Compreende-se que a antiga usina abrigou por algum tempo os funcionários da CER e que ela já não possuía mais equipamentos, o que comprometia a sua restauração e até a própria possibilidade de ela voltar a funcionar como termoelétrica.

### **Considerações finais**

A construção da usina termoelétrica e seu conjunto de obras foram planejados durante o período do Território Federal de Ponta Porã e estas obras não tinham apenas a



13

finalidade de fornecer energia elétrica para Dourados, mas também possuía funções de serraria, carpintaria e oficina mecânica e cada conjunto destes tinha equipamentos e objetivos específicos. Com a extinção do Território estas obras foram paralisadas e concluídas posteriormente a este período.

Apesar de este projeto ter funções além da geração de energia elétrica este objetivo era o mais esperado pela população, pois existia uma grande expectativa de melhoria na vida da sociedade douradense com a chegada da luz elétrica.

Inaugurada em 1949 a Usina Termoelétrica (a vapor) Filinto Muller funcionou de forma precária praticamente até a sua desativação em 1954. A energia elétrica gerada por esta usina servia apenas para as residências e algumas vezes não era oferecida ou sofria interrupções devido aos problemas nas máquinas. Conclui-se também que a administração da Usina Termoelétrica Senador Filinto Muller era compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Dourados e o governo do Estado.

### **Fontes**

Relatório TFPP. Relatório do Território Federal de Ponta Porã, já extinto, elaborado pelo governador José Alves de Albuquerque e apresentado ao Presidente da República Getúlio Vargas, no ano de 1947. Está disponível no Centro de Documentação Regional/CDR, em microfilme da coleção "Território Federal de Ponta Porã".

Jornal *O Douradense*

Jornal *O Progresso*

### **Fontes orais**

Jamil de Campus Aum. 25/03/2014. Produzida por Maiara Laís Pinto. Dourados/MS.

### **Fonte audiovisual**

Ercília de Oliveira Pompeu. 2005. Produzida por Francisco Celso Cáceres. Dourados/MS.



14

### Referencial bibliográfico

ALÉM, Fernando de Castro. *O jornal O Progresso e a dinâmica política e eleitora em Dourados (1954, 1958 e 1962)*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CREMONESE - ADAMO, Camila Cremonese. *Fronteira, mitos e heróis: a criação e apropriação da figura do Tenente Antônio João Ribeiro no antigo Sul de Mato Grosso*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

DAL BOSCO, Maria Goretti. *Viajantes da ilusão: os pioneiros*. Dourados: ViaNova, 1995.

FERREIRA, Analina [atualmente CARVALHO]. *Memória de Pioneiros: a Usina Filinto Muller*. Dourados: UFMS, 1999. (Relatório de Iniciação Científica) 27p.

LUCIANO, Luís Carlos. *71 anos do Legislativo de Dourados: 1935-2006*. Dourados, MS. 2006.

MOREIRA, Regina Heloiza Targa. *Memória fotográfica de Dourados*. Campo Grande: UFMS, 1990.